



PROJETO DE LEI Nº 003/2026 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre o plano de custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Faxinal do Soturno – RS.

TÍTULO I
DAS FONTES DE CUSTEIO

Art. 1º Constituem fontes de custeio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS):

- I – a contribuição do ente federativo, pelos Poder Executivo, Poder Legislativo, autarquias e fundações públicas municipais;
- II – a contribuição dos segurados ativos, dos segurados inativos e dos pensionistas;
- III – as receitas decorrentes de investimentos e as patrimoniais;
- IV – os valores recebidos a título de compensação financeira;
- V – os valores aportados pelo ente federativo;
- VI – as demais dotações previstas no orçamento federal, estadual, distrital e municipal;
- VII – outros bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária;
- VIII – doações, subvenções e legados.

Art. 2º Constituem recursos do RPPS:

I – a contribuição previdenciária, de caráter compulsório, de todos os Poderes e órgãos do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de 21% (vinte e um por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos;

II – a contribuição previdenciária, de caráter compulsório, dos servidores públicos ativos e em disponibilidade remunerada de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de 14% (catorze por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição;

III – a contribuição previdenciária, de caráter compulsório, dos servidores públicos inativos e pensionistas de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de 14% (catorze por cento), incidente sobre o valor da parcela que supere o valor do teto de benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo Único. Para os fins desta lei, a contribuição previdenciária dos servidores que tenham ingressado no serviço público após a vigência do plano de previdência complementar e aos que optarem por aderir ao plano de previdência complementar através da migração de regime, ficará limitada ao valor do teto do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º As contribuições e demais recursos de que trata o art. 2º somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do RPPS e a taxa de administração destinada à sua manutenção.





§ 1º Os recursos do RPPS serão depositados em conta distinta das contas do Tesouro Municipal.

§ 2º As aplicações financeiras dos recursos mencionados neste artigo atenderão às resoluções do Conselho Monetário Nacional, sendo vedada a utilização desses recursos para empréstimo de qualquer natureza.

Art. 4º O plano de custeio do RPPS será revisto e atualizado a cada exercício, observadas as normas gerais atuariais, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 1º Indicando a reavaliação atuarial a necessidade de alteração dos percentuais de contribuição indicados no art. 2º, tal se dará por lei.

§ 2º No caso de insuficiência financeira, cumpre ao Poder Executivo, Poder Legislativo, autarquias e fundações públicas municipais aportar os recursos orçamentário-financeiros necessários à manutenção dos benefícios previdenciários e das despesas administrativas.

TÍTULO II

DA BASE CONTRIBUTIVA

Art. 5º Considera-se base de cálculo das contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Poderes e órgãos do Município, incluídas suas autarquias e fundações:

I – o total da remuneração de contribuição dos servidores ativos;

II – a gratificação natalina paga aos servidores ativos.

Parágrafo único. A base de cálculo estabelecida deve ser considerada tanto para o cálculo da contribuição previdenciária de que trata o inciso I do art. 2º, quanto da contribuição suplementar mencionada no art. 12, quando fixada em forma de alíquota.

Art. 6º Considera-se base de cálculo das contribuições previdenciárias de responsabilidade do servidor ativo sua remuneração de contribuição, que é composta de:

I – vencimento básico do cargo efetivo;

II – classe;

III – nível;

IV – adicionais por tempo de serviço;

V – demais já incorporadas ao conjunto remuneratório do servidor, nos termos de lei municipal ou de decisão judicial.

§ 1º Equiparam-se à remuneração de contribuição as licenças concedidas aos servidores em que não haja prejuízo da remuneração e o salário maternidade pagos aos servidores ativos.

§ 2º A gratificação natalina ou sua parcela paga ao servidor ativo será considerada separadamente dos demais valores componentes da base de cálculo para incidência das contribuições.





Art. 7º Considera-se base de cálculo das contribuições previdenciárias de responsabilidade do servidor inativo e pensionista, respeitada a faixa de isenção de que trata o inciso III do art. 2º:

I – o total de proventos;

II – a gratificação natalina, considerada separadamente dos demais valores componentes da base de cálculo para incidência das contribuições.

Art. 8º As parcelas remuneratórias pagas ao servidor ativo, inativo ou pensionista, em decorrência de decisão judicial ou administrativa, serão consideradas como remuneração de contribuição, observando-se que:

I – sendo possível identificar as competências a que se refere o pagamento, aplicar-se-á a alíquota vigente na competência em cada competência;

II – em caso de impossibilidade de identificação das competências a que se refere o pagamento, aplicar-se-á a alíquota vigente na competência em que for efetuado o pagamento;

III – em qualquer caso, as contribuições previdenciárias correspondentes deverão ser repassadas à unidade gestora no mesmo prazo fixado para o repasse das contribuições relativas à competência em que se efetivar o pagamento dos valores retroativos, sob pena de incidirem os acréscimos legais previstos nesta Lei.

Art. 9º Mediante opção expressa de cada servidor ativo, poderão ser incluídas, na composição da remuneração de contribuição de que trata o art. 6º, para fins de consideração no cálculo de benefícios por regra de média, as parcelas de natureza remuneratória de caráter transitório e/ou temporários, tais como:

I – adicionais de insalubridade e periculosidade;

II – adicionais ou gratificações em geral;

III – valores pagos em razão de convocação para Regime suplementar de trabalho;

IV – funções de confiança;

V – vencimento de cargo em comissão, quando ocupado por servidor segurado do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município titular de cargo efetivo.

§ 1º A opção de que trata o *caput* deve ser formalizada por escrito e por iniciativa de cada servidor ativo, relativamente a cada uma das parcelas especificadas nos seus incisos, e terá validade enquanto perdurar a percepção continuada de cada uma das parcelas ou até a opção pela sua exclusão da remuneração de contribuição, a ser também formalizada por escrito e por iniciativa de cada servidor ativo.

§ 2º Tanto a opção pela inclusão como pela exclusão de parcelas da remuneração de contribuição, nos termos do § 1º, terá efeito na primeira competência seguinte à sua formalização e protocolo junto a respectivo Setor de Pessoal.





§ 3º No caso de descontinuidade da percepção da parcela pela qual tenha o servidor ativo optado por incluir, os valores pagos na competência da exclusão, mesmo que proporcionais, serão considerados como componentes da remuneração de contribuição.

§ 4º No caso de servidores ativos, em acúmulo remunerado de cargos, as regras deste artigo aplicam-se a cada um dos vínculos de forma individualizada.

TÍTULO III

DA RESERVA ADMINISTRATIVA

Art. 10 O limite de gastos de administração oriundos da aplicação da taxa administração destinada ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do RPPS, inclusive para conservação de seu patrimônio, será formada pelos recursos da taxa de administração, que é limitada em 2% (dois por cento), calculada sobre o total das remunerações de contribuição dos servidores ativos do exercício anterior, cuja alíquota será incluída no custeio de que trata o inciso I do art. 2º desta Lei, conforme taxa de administração definida na avaliação atuarial.

Art. 11 Integram a reserva administrativa, além dos recursos da taxa de administração fixada no art. 10, as sobras de custeio administrativo mensal.

Parágrafo Único. As sobras de custeio administrativo poderão ser revertidas, total ou parcialmente, para o fundo previdenciário, desde que previamente autorizadas pelo Conselho Municipal de Previdência.

TÍTULO IV

DO EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Art. 12 Adicionalmente à contribuição prevista no inciso I do art. 2º desta Lei, todos os poderes e órgãos do Município, incluídas suas autarquias e fundações, a título de recuperação do passivo atuarial e financeiro, contribuirão com alíquota definida em avaliação atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 13 O plano de amortização do déficit atuarial é definido conforme Anexo I desta lei, podendo ser em forma de alíquota ou aportes, a ser revisto anualmente, de acordo com a avaliação atuarial anual devidamente aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência.

TÍTULO V

DA ARRECAÇÃO E DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 14 A arrecadação e o recolhimento mensal das contribuições ou de outras importâncias devidas ao RPPS, pelo ente público ou pelo órgão que promover a sua retenção, devem ser feitas até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da competência a que se referirem, ou primeiro dia útil subsequente.





Parágrafo Único. Nos recolhimentos em atraso das contribuições, os valores serão atualizados de acordo com o a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou em caso de extinção deste, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, e será aplicada multa de 1% (um por cento) e juros de 12% (doze por cento) ao ano sobre o valor da parcela em atraso.

Art. 15 No caso de servidores cedidos e afastados para cumprimento de mandato eletivo/cedência sem ônus para o Município, cabe ao Município informar à entidade responsável pelo recolhimento o valor da remuneração de contribuição a ser considerada para o cálculo das contribuições.

TÍTULO VI DOS PARCELAMENTOS

Art. 16 As contribuições devidas e não pagas pelo Poder Executivo, Poder Legislativo, suas autarquias e fundações, poderão ser objeto de parcelamento, consoante regramento federal, hipótese em que, os valores serão consolidados observados os critérios de atualização e de incidência de multa e juros definidos no art. 14, aplicando-se, a partir da consolidação, a mesma regra para as parcelas vincendas e vencidas.

Art. 17 Ocorrendo pagamento em atraso das parcelas estabelecidas em parcelamento, os valores serão atualizados de acordo com o a variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, multa de 1% (um por cento), e juros de 12% (doze por cento) ao ano sobre o valor da parcela em atraso.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 Esta lei entra em vigor a contar da sua publicação.

Documento assinado digitalmente em 04/02/2026 16:15:51
Acesse o endereço: <https://sl.gov.br.cloud/otlm> para
verificar a autenticidade.





ANEXO I

PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL (ALÍQUOTAS)

ANO	ALÍQUOTAS	BASE DE CÁLCULO	SALDO INICIAL	(-) PAGAMENTOS	SALDO FINAL	JUROS
2025	15,75%	9.162.344,17	27.038.956,97	1.443.069,21	27.012.729,11	1.416.841,35
2026	15,75%	9.253.967,61	27.012.729,11	1.457.499,90	26.970.696,22	1.415.467,01
2027	15,75%	9.346.507,29	26.970.696,22	1.472.074,90	26.911.885,80	1.413.264,48
2028	15,75%	9.439.972,36	26.911.885,80	1.486.795,65	26.835.272,97	1.410.182,82
2029	15,75%	9.534.372,08	26.835.272,97	1.501.663,60	26.739.777,67	1.406.168,30
2030	15,75%	9.629.715,80	26.739.777,67	1.516.680,24	26.624.261,78	1.401.164,35
2031	15,75%	9.726.012,96	26.624.261,78	1.531.847,04	26.487.526,06	1.395.111,32
2032	15,75%	9.823.273,09	26.487.526,06	1.547.165,51	26.328.306,91	1.387.946,37
2033	15,75%	9.921.505,82	26.328.306,91	1.562.637,17	26.145.273,02	1.379.603,28
2034	15,75%	10.020.720,88	26.145.273,02	1.578.263,54	25.937.021,79	1.370.012,31
2035	15,75%	10.120.928,09	25.937.021,79	1.594.046,17	25.702.075,56	1.359.099,94
2036	15,75%	10.222.137,37	25.702.075,56	1.609.986,64	25.438.877,68	1.346.788,76
2037	15,75%	10.324.358,74	25.438.877,68	1.626.086,50	25.145.788,37	1.332.997,19
2038	15,75%	10.427.602,33	25.145.788,37	1.642.347,37	24.821.080,31	1.317.639,31
2039	15,75%	10.531.878,35	24.821.080,31	1.658.770,84	24.462.934,08	1.300.624,61
2040	15,75%	10.637.197,14	24.462.934,08	1.675.358,55	24.069.433,28	1.281.857,75
2041	15,75%	10.743.569,11	24.069.433,28	1.692.112,13	23.638.559,45	1.261.238,30
2042	15,75%	10.851.004,80	23.638.559,45	1.709.033,26	23.168.186,71	1.238.660,52
2043	15,75%	10.959.514,85	23.168.186,71	1.726.123,59	22.656.076,10	1.214.012,98
2044	15,75%	11.069.110,00	22.656.076,10	1.743.384,82	22.099.869,66	1.187.178,39
2045	15,75%	11.179.801,10	22.099.869,66	1.760.818,67	21.497.084,16	1.158.033,17
2046	15,75%	11.291.599,11	21.497.084,16	1.778.426,86	20.845.104,51	1.126.447,21
2047	15,75%	11.404.515,10	20.845.104,51	1.796.211,13	20.141.176,86	1.092.283,48
2048	15,75%	11.518.560,25	20.141.176,86	1.814.173,24	19.382.401,29	1.055.397,67
2049	15,75%	11.633.745,85	19.382.401,29	1.832.314,97	18.565.724,14	1.015.637,83
2050	15,75%	11.750.083,31	18.565.724,14	1.850.638,12	17.687.929,97	972.843,95
2051	15,75%	11.867.584,14	17.687.929,97	1.869.144,50	16.745.633,00	926.847,53
2052	15,75%	11.986.259,99	16.745.633,00	1.887.835,95	15.735.268,22	877.471,17
2053	15,75%	12.106.122,59	15.735.268,22	1.906.714,31	14.653.081,96	824.528,05
2054	15,75%	12.227.183,81	14.653.081,96	1.925.781,45	13.495.122,01	767.821,49
2055	15,75%	12.349.455,65	13.495.122,01	1.945.039,26	12.257.227,14	707.144,39
2056	15,75%	12.472.950,21	12.257.227,14	1.964.489,66	10.935.016,18	642.278,70
2057	15,75%	12.597.679,71	10.935.016,18	1.984.134,55	9.523.876,48	572.994,85
2058	15,75%	12.723.656,51	9.523.876,48	2.003.975,90	8.018.951,70	499.051,13
2059	15,75%	12.850.893,07	8.018.951,70	2.024.015,66	6.415.129,11	420.193,07
2060	15,75%	12.979.402,00	6.415.129,11	2.044.255,82	4.707.026,06	336.152,77
2061	15,75%	13.109.196,02	4.707.026,06	2.064.698,37	2.888.975,86	246.648,17
2062	15,75%	13.240.287,98	2.888.975,86	2.085.345,36	955.012,83	151.382,33
2063	15,75%	13.372.690,86	955.012,83	2.106.198,81	- 1.101.143,30	50.042,67
2064	15,75%	13.506.417,77	- 1.101.143,30	2.127.260,80	- 3.286.104,01	- 57.699,91
2065	15,75%	13.641.481,95	- 3.286.104,01	2.148.533,41	- 5.606.829,27	- 172.191,85





Justificativa:

Senhores Vereadores (as),

Trata-se de projeto de lei ordinária de instituição do Plano de Custeio para o RPPS do Município, em decorrência da reforma no plano de benefícios, juntamente com a consolidação das normas relativas ao custeio, tais como, definição da base contributiva dos servidores ativos, inativos e pensionistas, e também do Município.

Este Plano de Custeio representa a previsão, em lei específica, de todos os assuntos relacionados à arrecadação de contribuições, que abrange desde a definição de base contributiva, até a previsão de penalidades decorrentes do atraso no recolhimento das contribuições.

O agrupamento destes assuntos num só normativo facilita a sua aplicação e interpretação, uma vez que ficará dissociado com os demais assuntos relacionados à previdência própria, que tratam de outras matérias, tais como a alteração da Lei Orgânica e a Lei Complementar do Plano de Benefícios como parte da implantação da Reforma da Previdência Municipal.

1) Contribuição de Aposentados e Pensionistas

Mantém-se da faixa de isenção para a incidência da contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas, que atualmente é equivalente ao teto de benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social.

2) Alíquotas de contribuição (normal)

Mantém-se o percentual atual praticado, que está assim definido:

- a) Patronal: 21% (já considerando-se a taxa de administração de 2%)
- b) Servidor ativo: 14%
- c) Servidor inativo e pensionista: 14% (respeitada a faixa de isenção conforme item “2”)

3) Plano de Amortização

Considerando a Reforma da Previdência Municipal, a amortização do passivo ocorrerá em 2063, com uma alíquota constante de 15,75%, conforme o Anexo I da proposta.

Tal configuração confere ao Regime Próprio de Previdência o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema, nos termos exigidos pelas normativas federais.

Pelo exposto, aguardamos, pois, a vossa compreensão e ciente do entendimento favorável dos componentes dessa Câmara de Vereadores, solicitamos a votação e aprovação do Projeto de Lei acima referido, renovando votos de elevada estima e consideração.





Certos da sua compreensão, contamos com a colaboração nos nobres Edis para análise e aprovação do projeto.

Atenciosamente



Nome: Lourenço Domingos
Moro
CPF: ***.807.570-**

Assinado com certificado digital avançado

Lourenço Domingos Moro
Prefeito Municipal

Documento assinado digitalmente em 04/02/2026 16:15:51
Acesse o endereço: <https://sl.gov.br.cloud/otlm> para
verificar a autenticidade.

